

Após 1 ano de atraso, HC da Unicamp recebe de SP R\$ 40 milhões

Valor refere-se a serviços de assistência médica hospitalar e ambulatorial do SUS Paulista

Por Moara Semeghini

O Governo do Estado de São Paulo publicou no Diário Oficial de 23 de dezembro de 2025 o Decreto nº 70.286, que autoriza a transferência de R\$ 38.434.695,00 à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O valor refere-se à prestação de serviços de assistência médica hospitalar e ambulatorial pelo Hospital de Clínicas (HC) no âmbito do programa SUS Paulista, cujos repasses estavam em atraso. A iniciativa atende uma demanda antiga da instituição e de categorias representativas, que vinham cobrando a regularização de recursos essenciais ao funcionamento da unidade, que é referência em atendimento público em saúde para a Região Metropolitana de Campinas.

Repasse em atraso

Documentos oficiais e correspondências internas obtidos

pela reportagem indicam que o HC da Unicamp não havia recebido repasses do SUS Paulista ao longo de 2025, acumulando um atraso estimado em 12 meses até o fim do ano.

Em uma resposta enviada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo a membros do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), a pasta afirmou que estava em andamento o cálculo do valor correspondente à produção aprovada do 1º quadrimestre e que, concluída essa apuração, seguiria a tramitação para o remanejamento orçamentário em favor da Unicamp, segundo os procedimentos vigentes.

Representantes do sindicato, que também têm acesso às comunicações oficiais sobre os repasses, confirmam que a ausência de repasses ao longo de 2025 ocorreu apesar dos serviços continuarem a ser prestados pelo hospital.

O membro da diretoria sindical José Pio afirmou à reporta-



Entrada lateral do Hospital das Clínicas (HC) da Unicamp

gem que a justificativa apresentada pelo Estado envolve "entraves burocráticos" e priorização de repasses a entidades filantrópicas.

Segundo Pio, a falta de recursos impactou a rotina assistencial, com redução de cirurgias eletivas e de atendimentos ambulatoriais, em especial nas áreas de maior demanda, e que esse efeito tem como principal prejudicada a população que depende exclusivamente do SUS.

Decreto e ajuste

O Decreto nº 70.286 publicado no Diário Oficial determina a transferência de R\$ 38,4 milhões à Unicamp, referente à produção de serviços médicos previstos no SUS Paulista. Esse valor corresponde a um bloqueio parcial de repasses que estavam pendentes, mas não encerra a dívida total acumulada no ano.

Parlamentares que acompanharam a mobilização consideram o montante autorizado equi-

valente a cerca de cinco meses de serviços prestados pelo HC, e afirmam que remanesce um saldo de atraso superior a R\$ 30 milhões referente ao exercício de 2025.

A regularização parcial dos valores ocorre após intensificação da cobrança pública, inclusive por meio de ofícios protocolados junto ao governo estadual. Em 18 de novembro, a vereadora Fernanda Souto (PSOL) e a deputada estadual Ediane Maria (PSOL) oficializaram um pedido de esclarecimentos à Secretaria de Estado da Saúde acerca dos atrasos dos repasses. Desde então, acompanharam as respostas do Estado e reforçaram a demanda por soluções. Para Souto, a liberação dos recursos representa "uma importante vitória da nossa luta em defesa da saúde pública", mas alerta que a mobilização deve continuar até que o restante dos valores seja repassado e as pendências, totalmente sanadas.

O Hospital de Clínicas, que atende exclusivamente via Sistema Único de Saúde, também depende do orçamento da própria universidade. A Unicamp vinha realizando aportes extraordinários para equilibrar o caixa e evitar a paralisação de serviços. Em anos anteriores, repasses atrasados do SUS já haviam sido regularizados por meio de decreto estadual, prática que não se repetiu espontaneamente em 2025, segundo interlocutores da área.

No final de dezembro, o Conselho Universitário da Unicamp aprovou a proposta de autarquia do complexo de saúde da universidade, que, segundo a Reitoria, visa ampliar a autonomia e o desenvolvimento das atividades de saúde e ensino. A proposta inclui garantias de que o atendimento continuará 100% pelo SUS e que o orçamento da universidade não será prejudicado, além de assegurar os direitos dos funcionários.

Abordagem social intensifica ações de acolhimento e documentação no fim de ano

De 15 a 26 de dezembro, o Serviço de Abordagem Social de Pessoas em Situação de Rua atuou em todas as regiões de Campinas, com destaque para a área central, em duas semanas de ação integrada. A abordagem social é o atendimento feito diretamente nos territórios (ruas, praças e áreas de maior circulação), com escuta, orientação e encaminhamentos para serviços de saúde, assistência social, documentação civil e, quando necessário, contato com familiares e retorno à cidade de origem (recâmbio). No período, foram registradas 287 abordagens no Centro e 71 atendimentos na sede.

A intensa circulação no Centro ao longo das duas semanas resultou em 165 abordagens na primeira semana e 122 na segun-

da, totalizando 287. As equipes realizaram encaminhamentos e articulações para a área da saúde: Consultório na Rua e CAPS AD (álcool e outras drogas); assistência social: Centro POP; documentação civil: serviços como Poupatempo e cartórios; vínculos e mobilidade: contatos com familiares.

Regiões

Na região central, ocorreram 27 abordagens (18 na primeira semana e nove na segunda), com articulações para acesso à saúde, documentação civil e acompanhamentos ao SAMIM. Na Região Sul, foram contabilizadas 87 abordagens no total (53 na primeira semana e 34 na segunda). Além das abordagens, houve articulações e encaminhamentos



Abordagem social onde estão pessoas em situação de rua

para serviços e políticas públicas, como: Defensoria Pública; Cadastro Único; Cartório e Poupatempo (documentação); Centro POP; INSS; Samim; atendimentos na sede e respos-

tas a solicitações registradas pelo telefone 156. Na Região Leste, houve 15 abordagens (oito na primeira semana e sete na segunda), além de 13 atendimentos na sede e encaminhamentos para: Cadastro Único; Casa da Cidadania; Poupatempo. Na Região Norte, registraram-se 19 abordagens (13 na primeira semana e seis na segunda), com atendimentos na sede, buscas ativas e discussão de casos com a rede de atendimento. Na Região Sudoeste, realizaram-se 12 abordagens (oito na primeira semana e quatro na segunda), além de dez buscas ativas no acumulado. Houve plantões e atendimentos na sede, com articulações junto ao CRAS Nelson Mandela, ao Camprev/SETA e à rede de apoio. Na Região Noroeste, o balanço registra 22 abordagens e cinco buscas ativas, com: entregas e solicitações de certidões; encaminhamentos a cartório; serviços de identificação civil; acompanhamentos ao Poupatempo e CAPS.